

ABERTURA DA SESSÃO

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, na Vila de Nisa e Auditório da Biblioteca Municipal, teve lugar a Sessão Ordinária de Fevereiro da Assembleia Municipal de Nisa, convocada pelo Presidente da respectiva Mesa, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do Artº 54º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelo Edital Nº 1/2007, datado do dia 12 do corrente mês de Fevereiro, enviado a todos os Eleitos através do Ofício Nº 02/2007-AM, da mesma data e à qual compareceram os seus membros, José da Cruz Curado Polido, João Eduardo Miguéns Serralha, Júlio Almeida Pires, Marco António Barreto Lourenço de Oliveira, José Manuel Tremeço Barreto, Joaquim Marques Rodrigues, Gilberto Mourato Canilhas Manteiga, Mário Rui de Gouveia Macedo, João Carlos Nabais Pinto, Joaquim Maria da Costa, Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato, António Manuel Caldeira Valente, Armando Manuel Maria Vieira Luís, Adelino José Polido Temudo, José Lopes Duarte Baião (Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão), Francisco Rogério Cardoso Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo), Artur da Rosa Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Arez), Fernando Serralha Carita Marquês (Presidente da Junta de Freguesia do Espírito Santo), João José Cabim Malpique Rufino (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça), Francisco Boleto São Pedro (Presidente da Junta de Freguesia de Santana), João Vicente Ferrer (Presidente da Junta de Freguesia de São Matias), José Miguéns Louro Hilário (Presidente da Junta de Freguesia de São Simão) e Ilda Maria da Cruz Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa).

Não compareceram a esta Sessão os Eleitos Arménio de Pina Morais de Almeida e António dos Remédios da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão).

E, como se encontravam em número legal para se poderem constituir em reunião, nos termos do nº 1 do Artº 89º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, foi a Sessão declarada aberta pelo Presidente da Mesa, Sr. José da Cruz Curado Polido, quando eram catorze horas e vinte e cinco minutos.

Estiveram, ainda, presentes a esta Sessão, por parte do Executivo e conforme nºs 1 e 3 do Artº 48º da antes citada Lei nº 169/99, os Vereadores, João Gonçalves da Costa e Maria de Fátima Dinis Carita Moura, a fim de poderem prestar os esclarecimentos necessários, relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos desta mesma Sessão.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual é a constante do Edital Nº 1/2007, com data de 12 de Fevereiro de 2007, já antes referido e previamente enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal através do Ofício Nº 2/2007-A.M., da mesma data, para cumprimento do disposto no nº 1 do Artº 49º da anteriormente citada Lei nº 169/99, passando-se à análise e discussão, tendo em vista a sua eventual aprovação, dos assuntos na mesma referenciados, tendo as respectivas Deliberações sido tomadas ao abrigo do que dispõe o nº 1 do Artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, como para cada uma a se indica.

Ponto Nº 1 – Período de antes da Ordem do Dia.

Assuntos para conhecimento:

Foi posta à disposição dos Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa, a documentação a que a seguir se faz referência:

- Ofício Nº 77, de 2007/01/05, do Tribunal da Relação de Évora, a indicar o representante da Comarca de Nisa na Comissão Municipal de Segurança;
- Ofício Nº 53, de 2007/01/04, da Assembleia Municipal de Aljezur, enviando tomada de posição sobre a Portaria Nº 904/2006;
- Circular Nº 1/2007, de 2007/03/01, da Assembleia Distrital de Portalegre, a convocar para a 4ª Sessão Ordinária;

- Circulares da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Nº 01/2007-TC, de 2007/01/08, sobre publicação do regime Jurídico do Sector Empresarial Local / Alteração aos Estatutos dos Eleitos Locais – Incompatibilidades e Nº 23/2007-AG, de 2007/02/01, sobre Quadro de Referência Estratégico Nacional;
- Ofício Nº 19261-2066/FGJS/07, de 2007/01/25, do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, enviando cópia de requerimentos apresentados sobre “Qualidade da água de Alqueva” e “Alqueva e o desenvolvimento turístico do Alentejo”;
- Ofício de 2007/02/02, do Agrupamento de Escolas de Nisa, a divulgar o Centro de Novas Oportunidades de Nisa;
- Ofícios da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nisa, Nº 05/07, de 2007/01/16 a agradecer o apoio da Câmara Municipal de Nisa durante o ano de 2006 e Nº 48/07, de 2007/01/23, a informar do bom relacionamento existente entre os Bombeiros de Nisa e a Câmara Municipal.

Informações dos Eleitos

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa deu a palavra aos membros que manifestaram interesse em fazer uso da mesma, tendo-se verificado as intervenções dos seguintes Eleitos da Assembleia e da Câmara Municipal:

O Eleito Joaquim Costa solicita que a Câmara proceda ao calcetamento de um troço do caminho de acesso ao Lar da 3ª Idade de Montalvão, ao arranjo da estrada Montalvão/Póvoa e Meadas, que se encontra em lamentável estado de conservação e propícia a que ali possam acontecer acidentes e que se proceda à pintura da sinalização horizontal na estrada Nisa/Montalvão, pois, como está e em noites de chuva e nevoeiro, torna-se bastante perigosa a circulação e orientação dentro da via. Refere-se, de novo, ao assunto relacionado com a antena da TMN em Montalvão, que se encontra na mesma e, em seu entender, sem solução à vista.

O Eleito Júlio Pires referiu-se a algo que ouviu dizer, relacionado com a instalação de uma empresa de transformação de matéria-prima para a produção de biomassa, gerida por gente de Nisa e que aqui se pretende fixar, o que, parece, se afigura difícil, uma vez que não consegue arranjar um espaço para a recolha da maquinaria, nomeadamente na Zona de Actividades Económicas de Nisa. Disse que é uma empresa que tem ao seu serviço 14 trabalhadores e pretende aumentar este número para muitos mais, desde que não sejam colocados entraves à sua fixação em Nisa. Apela à Assembleia e à Câmara para que não descurem este assunto e que dêem todo o apoio que for possível a este projecto.

O Eleito Marco Oliveira referiu-se ao documento que foi distribuído no início da Sessão, destinado a consultar os Eleitos sobre a sua receptividade a receberem, ou não, a documentação em suporte digital, por via informática, ou como é praticado, referindo que a disponibilização através de e-mail é proveitosa, desde que haja as condições técnicas na sala para que se possa trabalhar, isto é, cada Eleito tenha um computador ao seu dispor, o que lhe parece que não se irá verificar, pelo que, da sua parte, não vai prescindir de receber os documentos em suporte de papel, como até aqui, pois, de outra forma, obriga a que cada eleito tenha que reproduzir a documentação, com os custos em tinta de impressora que tal irá acarretar para o bolso de cada um. Disse que fez uma consulta ao site da Câmara Municipal de Nisa e que, mais uma vez e contrariamente ao que tem vindo a solicitar com alguma insistência, não viu criada a caixa de correio electrónico destinada exclusivamente à Assembleia Municipal, achando que, com os técnicos que a Autarquia tem, não é difícil nem impossível proceder em conformidade. Sobre a rede viária do Concelho de Nisa, nomeadamente o troço de estrada entre o cruzamento da Falagueira e o IP2, que é o meio de acesso mais curto e por conseguinte, mais económico, para quem se dirige a Nisa, vindo da A23 e que se encontra no estado que todos conhecem, sendo que, sobre isto, os Eleitos

da Assembleia Municipal não sabem nada, uma vez que nada lhes é explicado, pelo que solicita que lhe prestem algumas informações.

O Eleito João Pinto referiu que já se passaram dois meses sobre a realização da última Sessão, na qual muita coisa foi falada mas que tudo continua na mesma, nomeadamente, o arranjo das entradas e passeios de Alpalhão, a iluminação pública, as obras do edifício da Junta de Freguesia, o loteamento atrás do Calvário, relativamente ao qual foi aprovado um empréstimo aqui nesta Assembleia, o pagamento do subsídio ao Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense que ainda não o foi. Mostrou, também, o seu desagrado relativamente a algo que se passou em Alpalhão, em Dezembro do ano passado e que teve a ver com um fogo numa habitação, sendo que os bombeiros quando chegaram quiseram utilizar as bocas-de-incêndio e nenhuma funcionou. Falou, também, sobre a prática de ginástica de manutenção em algumas localidades do Concelho, nomeadamente em Alpalhão e disse que não compreendia porque é que tal prática é paga pelos praticantes, quando a actividade é feita num horário pós laboral dada por um técnico da Câmara e em espaços que são cedidos gratuitamente. Sobre o documento entregue no início desta Sessão, achou que a sua apresentação foi feliz e que, relativamente à disponibilização da documentação aos Eleitos, salvo aquelas sessões em que a mesma é muito volumosa (ex. Grandes Opções do Plano, Orçamento da Receita e Despesa, Prestação de Contas e Inventário), todos os restantes documentos, por serem de consulta rápida, poderão ser enviados através de e-mail.

A Eleita Florinda Fortunato mostra algum descontentamento e desilusão relativamente à falta de actividade das populações do Concelho de Nisa, referindo-se à fraca participação da população em geral na apresentação da Agenda 21, pois trata-se de um documento importante e que merecia melhor atenção. Sobre a documentação para a Assembleia, disse que concordava com o que o Eleito Marco Oliveira havia dito, pois o suporte em papel é muito importante para quem tem necessidade de consultar os documentos. Sobre a prática de ginástica, referiu que o Concelho de Nisa é um dos que mais fomenta este tipo de actividade e que o pagamento, até porque é simbólico, não está descabido e é preferível a não se pagar nada, pois assim, responsabiliza as pessoas.

O Eleito Gilberto Manteiga referiu que, relativamente ao que foi dito pelo Eleito João Pinto, é com tristeza que verifica que mais uma ano se passou e nada avançou, estando-se, desta forma, a defraudar as expectativas de todos aqueles que votaram nestes eleitos. Disse que, na altura, aceitou as explicações que foram apresentadas, embora, neste momento, queira ter a certeza que as palavras que foram ditas não vão cair em “saco roto”, nomeadamente no que diz respeito às verbas atribuídas ao Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense, que ainda não foram pagas. Endereçou os seus parabéns à recém fundada AJAL, sinal que há vontades, força e querer.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e sobre a problemática do site da Câmara, focado pelo Eleito Marco Oliveira, informou que na altura havia concordado com ele e disse que irá fazer tudo o que lhe for possível para que tal se concretize. Sobre a documentação, referiu que há Sessões, como a de hoje, em que os documentos, por serem tão poucos, podem muito bem ser disponibilizados por e-mail.

O Vereador João da Costa começou por justificar a ausência da Presidente da Câmara, que está numa reunião de trabalho no Governo Civil de Portalegre e da Vereadora Fátima Moura, que se encontra a acompanhar a prova de Orientação e que virá um pouco mais tarde, sendo que, quanto aos restantes Vereadores, não pode dizer nada, pois nada lhe foi comunicado. Relativamente ao calcetamento do acesso ao Lar da 3ª Idade de Montalvão, sugeriu à Santa Casa da Misericórdia e na base das boas relações que mantém com a Câmara, que faça o pedido por escrito. Quanto à estrada de Montalvão para a Póvoa-e-Meadas, informou que nada se fez ainda, devido à construção da conduta de água, pois

não se pode ir agora construir algo que depois tem que ser destruído e, também, porque as verbas dos próximos Quadros Comunitários não são muitas, embora o projecto já esteja feito, não se sabendo é se pode ser candidatado, está-se à espera de instruções neste sentido, o mesmo se passando com a estrada Nisa/Montalvão. Sobre a antena em Montalvão, informou que a Câmara já respondeu á TMN e informou o Eleito Joaquim Costa que o pagamento não resulta de nenhuma lei, mas de uma taxa contemplada na respectiva Tabela, aprovada, tanto pela Câmara, como pela Assembleia Municipal e se a TMN acha que é demasiado elevada, deveria ter proposto a sua isenção, só que, até agora, ainda nada fez. Quanto à empresa de transformação dos resíduos florestais, referiu algumas acções que a Câmara queria levar a efeito, nomeadamente a compra de maquinaria para destruir os desperdícios das limpezas de árvores e que só não avançou com a ideia, porque, entretanto, apareceu a dita empresa, falando-se na hipótese de a Câmara arranjar um espaço para a recolha das máquinas, sendo que já houve reuniões neste sentido, a última foi ontem, embora se tenha que compreender que a Câmara não pode andar a disponibilizar espaços a particulares sem o recurso a concurso para o efeito, não aceitando que se diga que a Câmara está a “empurrar” o munícipe daqui para fora pois, neste momento, está-se a legalizar um lote de terreno na Zona da Actividades Económicas que foi alvo de uma desistência por falta de construção dentro do prazo estipulado para o efeito, revertendo o mesmo para a Câmara, a fim de que possa ser posto a concurso muito em breve. Sobre a disponibilização de documentação em suporte informático, acha muito bem, mas só quando houver condições técnicas para que tal possa resultar e quanto ao endereço de correio electrónico para a Assembleia Municipal, informou que está farto de insistir neste assunto, para que o mesmo se concretize. Sobre a ligação ao IP2, o que se passa, realmente, é que aquele troço de estrada não é da Câmara, que só ficará com ele quando vir satisfeitas as suas condições e que são, a sua reparação e a construção de um nó de acesso a Nisa, mas isto só poderá ser possível quando a Estradas de Portugal definir onde é que vai construir a nova ponte, tendo em vista deixar de passar pela barragem, sendo que a Câmara de Nisa não pretende receber um troço de estrada a troco de nada. Quanto aos problemas relativos a Alpalhão e já hoje aqui referidos, disse que todos eles foram alvo de discussão na última Reunião de Câmara, ali realizada, sendo que os projectos não foram apresentados há mais tempo, devido a demora do projectista, razão pela qual a Câmara teve que ser, ela própria, a tomar conta do assunto. Sobre as entradas de Alpalhão, disse que há que ter em atenção que as estradas não são da Câmara e há que haver parecer da Estradas de Portugal. Referiu que fala-se muito do que não se fez, mas ninguém se refere ao facto de em Alpalhão e durante o último Verão, a água não ter faltado, devido á construção da conduta de São Gens. Sobre a iluminação pública, disse que a responsabilidade de tal matéria, fora dos perímetros urbanos, é da EDP.

A Vereadora Fátima Moura começou por pedir desculpa pelo atraso com que chegou, mas tal deveu-se ao facto de ter que acompanhar a prova de Orientação que vai decorrer este fim-de-semana em Nisa, informando que é com agrado que transmite que, neste momento, foram ultrapassadas todas as expectativas, pois está a chegar-se aos mil atletas inscritos, entre nacionais e estrangeiros, referindo que temos entre nós as melhores selecções a nível mundial. Aproveita o facto para convidar todos os Eleitos a participar na ceia que terá lugar amanhã, no Mercado Municipal de Nisa. Sobre a ginástica de Manutenção, disse que o monitor é da Câmara, que lhe paga o seu vencimento e que os espaços são cedidos gratuitamente e que os utentes pagam o valor que foi aprovado. Sobre as verbas a atribuir ao Grupo Desportivo e Recreativo Alpalhoense, informou que não está esquecida, há um atraso do qual é culpada e que já falou com a Direcção mas, primeiro e antes que tudo e antes de resolver a situação do Alpalhoense, pretende despachar o assunto que está pendente com o Sport Nisa e Benfica e que se prende com o projecto do

futebol juvenil, que, como é do conhecimento geral, não foi conseguido, achando que a missão das Câmaras é apoiar e não financiar, esta matéria cabe às Direcções dos clubes.

O Eleito Marco Oliveira agradeceu a intervenção do Vereador João da Costa, relativamente à ausência dos eleitos do Executivo e elogiou o papel do mesmo, hoje, como representante da Câmara Municipal. Quanto à ausência da Presidente da Câmara, pensa que a mesma deve estar no Governo Civil, mas em reunião com algum adjunto do Sr. Governador, pois sabe que o mesmo não este em Portalegre, mas que vai a caminho de Lisboa. Relativamente à rede viária, acha que deve haver uma certa dificuldade negocial por parte da Câmara de Nisa, embora refira que, sobre o que foi explicado pelo Vereador João da Costa, nomeadamente no que diz respeito ao troço entre o cruzamento da Falagueira e o IP2, já há muito tempo que não se ouvia nenhuma justificação sobre o assunto.

O Vereador João da Costa e sobre a ausência da Presidente da Câmara, respondeu ao Eleito Marco Oliveira para dizer que, havia informado que a mesma estava numa reunião no Governo Civil, mas não disse que era com o Governador Civil.

Ponto Nº 2 – Informações sobre a actividade municipal e situação financeira (alínea e) do nº 1 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro).

O Vice-Presidente da Câmara procedeu à apresentação do documento em análise, do qual foi enviada cópia a todos os membros da Assembleia Municipal, sendo que o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos seguintes Eleitos, que efectuaram as intervenções a seguir descritas:

O Eleito Marco Oliveira perguntou qual era a actividade dos Conselhos Municipais, criados nesta Assembleia, uma vez que nas informações da Câmara nunca aparece nada relacionado com os mesmos, não compreendendo porque razão se esteve a gastar tempo numa Assembleia Municipal, a eleger pessoas para organismos que não funcionam, à parte, talvez, o da Educação, que parece que teve alguma participação na criação da Carta Educativa. Sobre a parte que diz respeito às dívidas aos fornecedores, referiu-se a algumas vozes que se têm levantado para que sejam pagas as senhas de presença aos membros desta Assembleia e até agora ainda nada foi feito, parecendo-lhe completamente escusado que, reunião atrás de reunião se toque no assunto, apesar de haver verbas cabimentadas para este fim, embora lhe pareça que as mesmas poderão ser “encaminhadas” para efectuar outros pagamentos, referindo que a Assembleia Municipal não tem que estar dependente da vontade de terceiros para receber o que lhe pertence. Disse que, na última sessão da Assembleia Municipal e aquando da discussão do Plano, a Presidente da Câmara havia sido questionada sobre o papel de Nisa na “Naturtejo”, nomeadamente sobre o facto de ser o único Concelho do Alentejo que pertence a esta associação e que, por esta razão, deveria haver um pouco de atenção para connosco e que nem sequer foi contemplado com a visita da Volta a Portugal em Bicicleta, esperando que nas informações de hoje houvesse alguma coisa sobre o assunto, tendo constatado que não. Falou, depois, sobre a Agenda Local 21, referindo-se a ela como sendo um documento implantado em diversos concelhos do País mas, em seu entender, com pouca divulgação e que, por isto, deixa no ar perguntas do tipo “o que é isto em termos relevantes para as populações?”, pois é um documento que pede às pessoas que tenham uma participação activa naquilo que são as grandes opções para os concelhos onde residem, achando que isto está bem, mas, em seu entender, quando há eleições, os eleitores vão votar naquelas pessoas que querem que as representem e que tomem, por si, as decisões que acharem melhores, deixando aqui uma reflexão sobre o que é a participação popular, nomeadamente na recente apresentação de alguns abaixo-assinados sobre matérias pertinentes e que não tiveram qualquer expressão por parte da Câmara.

A Eleita Florinda Fortunato referiu-se à Agenda Local 21, para dizer que se trata de um documento muito importante para o País em geral e para cada um dos concelhos em

que está implantada, em particular, manifestando interesse em saber quais eram as novidades sobre este assunto que, eventualmente tenham surgido, desde a apresentação da mesma, no final do ano passado.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu-se aos Conselhos Municipais e disse que a convocatória dos mesmos não deveria ser da responsabilidade da Presidente da Câmara, achando que não há má vontade desta, o que poderá acontecer é um descuido devido á actividade municipal que, na maior parte do ano, é muito intensa e não deixa espaço para que se possa ocupar com outras actividades, além de que, em seu entender, a legislação também não está muito bem feita, pois deveria conceder poderes a terceiros para se poderem ocupar da convocatória e direcção dos ditos conselhos. Quanto às senhas de presença, disse que já tinha falado com a Presidente da Câmara sobre o assunto e acha que, no Concelho de Nisa se poderia fazer de igual modo como se faz noutros bem perto de nós e que consiste no pagamento das senhas de presença em cada reunião, relativas à sessão anterior.

O Vereador João da Costa, em relação ao ponto anterior e quando falou sobre as ausências da Presidente da Câmara e da Vereadora Fátima Moura, disse que não foi por serem da CDU, pois no anterior mandato, fê-lo uma vez a pedido do Vereador Mário Condessa, que não podia estar presente e que lhe pediu para justificar a sua ausência, referindo que só não o fez hoje porque ninguém lhe solicitou que o fizesse e que não tem nada a ver com o ser deste ou daquele partido. Sobre as senhas de presença e por calcular que houvesse interpelação neste sentido, informou que passou pelos Serviços e que lhe foi dito que o plano de pagamentos já estava elaborado. Quanto à Agenda Local 21, é verdade que as pessoas votaram naqueles que passaram a ser os seus representantes, para que estes façam tudo, mas acha que não deve ser assim e o documento em causa vem prová-lo, a pessoa depois de votar, tem que fazer um acompanhamento e tem que participar e chamar a atenção e se tivesse sido assim, talvez os tais abaixo-assinados nem sequer tinham aparecido, pois não haveria necessidade de chegar a eles. Falou, ainda, dos projectos para o Alentejo e referiu que o sentimento que existe é que os grandes empreendimentos continuam a ser os mesmos e a ir para os locais do costume, isto é, Évora, Beja, Sines e Elvas, enquanto que Portalegre fica com as “migalhas” e volta a ficar esquecido e à margem do que se passa. Sobre a participação de Nisa na “Naturtejo”, referiu que o nosso Concelho não quer ser tratado de forma diferente dos outros participantes da associação, só porque é o único do Alentejo, solicitando à Vereadora Fátima Moura que prestasse mais alguns esclarecimentos sobre este assunto, pois está mais dentro do que se tem passado com a “Naturtejo”.

A Vereadora Fátima Moura, pegando na última parte da intervenção do Vereador João da Costa, referiu-se à “Naturtejo”, disse que o que se havia passado sobre a Volta a Portugal em Bicicleta, que ficou por Castelo Branco e nem sequer veio cá a este lado do Tejo, de nada sabia do que se passou na altura das negociações, pois ainda nem sequer era Vereadora. Sobre a realização de eventos a realizar, a Câmara Municipal de Nisa está a tentar incluí-los no Geoparque, relativamente ao qual estão a ser criados três Centros de Interpretação, um no Conhal – Monte do Arneiro, outro em Alpalhão, que talvez venha a designar-se “Casa da Pedra” e que, entre outras coisas, poderá prestar apoio logístico e ser uma complementaridade da Bienal e outro em Montalvão e que tem a ver com a arte rupestre, estando, neste momento, a ser definido o plano estratégico a nível do mesmo Geoparque, com os restantes Municípios, sendo que o Concelho de Nisa foi convidado a participar na “Rota da Arte Rupestre”, juntamente com os Municípios de Vila Velha de Ródão, Vila Nova de Foz Côa e Belmonte, sob o patrocínio conjunto dos Governos Cívicos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre e, também, do IPPAR, tendo já sido realizadas várias reuniões de trabalho neste sentido.

Ponto Nº 3 – Deliberação Nº 1/2007

Acta Nº 6/2006, da Sessão Ordinária de Dezembro de 2006.

Posta à disposição de todos os Eleitos e depois de devidamente analisada e discutida, a Acta Nº 6/2006, correspondente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Nisa, realizada no dia 15 de Dezembro de 2006, foi aprovada por unanimidade e para cumprimento do que dispõe o nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como salvaguarda do que dispõe o nº 1 do antes referido Artº 92º, uma vez que, do respectivo texto foi distribuída, previamente, uma cópia por todos os Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa.

Ponto Nº 4 – Intervenção de munícipes.

Uma vez que a presente Sessão tem o carácter de pública e para cumprimento do disposto no nº 5 do Artº 84º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os munícipes presentes na sala foram convidados a intervir, tendo usado da palavra o Engº José Luís Bruno e o Prof. Caldeira, da Escola E.B.-2,3/S Prof. Mendes dos Remédios, de Nisa, os quais haviam solicitado ao Presidente da Mesa autorização para apresentarem o “Centro de Novas Oportunidades de Nisa”, sendo que, relativamente a este assunto, a referida Escola já havia procedido ao envio de diversa documentação para os membros da Assembleia Municipal, através de Ofício datado do dia 22 de Fevereiro de 2007. Foi explicado que o programa “Reconhecer, Validar e Certificar Competências”, é um processo que permite aos cidadãos de nacionalidade portuguesa, com mais de 18 anos, que não frequentaram ou não concluíram os 4º, 6º ou 9º ano de escolaridade e pela apresentação de resultados da sua experiência de vida, de trabalho e de formação não certificados, possam identificar competências que foram adquirindo ao longo da vida, permitindo que sejam validadas e certificadas ao nível das Tecnologias da Informação e Comunicação, da Cidadania e Empregabilidade, da Matemática para a Vida e da Linguagem e Comunicação, o que lhes irá permitir que lhes seja atribuído um certificado que dá equivalência ao 1º, 2º ou 3º ciclos do ensino básico. Os mesmos solicitaram aos Eleitos que façam chegar, ao maior número de possíveis interessados, esta oportunidade, referindo que o Agrupamento de Escolas de Nisa estará à inteira disposição dos interessados para prestar todos os esclarecimentos que vierem a tornar-se necessários e úteis.

Ponto Nº 5 – Deliberação Nº 2/2007

Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.

Após se ter procedido à discussão, análise e aprovação das Deliberações que antecedem, bem como das intervenções constantes dos Pontos Nºs 1. e 2., o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, nos termos e para cumprimento do que dispõe os nºs 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, submeteu à aprovação do Plenário da presente Minuta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, pelo que as Deliberações antes descritas poderão, para efeitos imediatos, adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado artigo 92º.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO.

A presente Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Nisa foi encerrada pelo Presidente da respectiva Mesa, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram dezasseis horas e quarenta minutos.

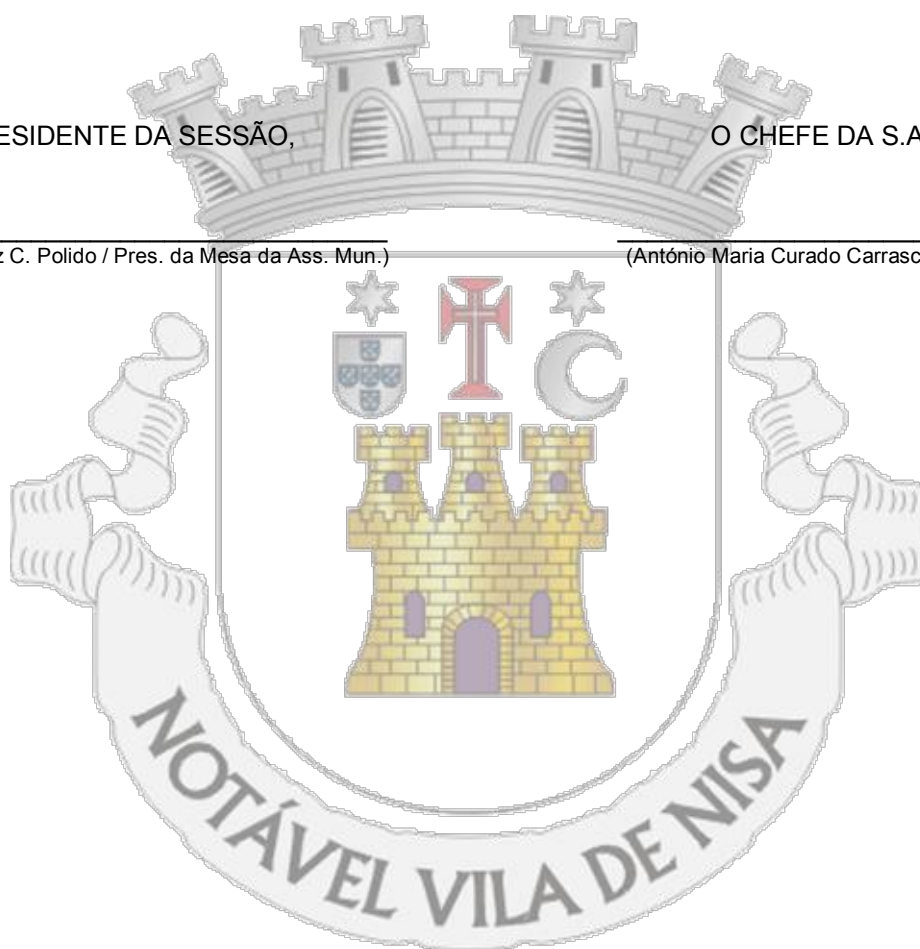
Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por oito folhas numeradas e rubricadas, que vai ser assinada nos termos do nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e desta mesma Sessão, Sr. José da Cruz Curado Polido e por mim, António Maria Curado Carrasco, Chefe da Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA SESSÃO,

O CHEFE DA S.A.A.,

(José da Cruz C. Polido / Pres. da Mesa da Ass. Mun.)

(António Maria Curado Carrasco / Secretário)



MUNICÍPIO DE NISA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NISA

Acta presente em Sessão _____,
realizada do dia ____ / ____ / ____ e aprovada por
_____, conforme Deliberação Nº ____ / ____.

- Favor:

- Abstenção:

- Contra: